

Educação, ciência e tecnologia: Estabilidade do corpo docente

Carlos Mesquita Morais

Das bandeiras salientadas por este governo sobressai a promessa da estabilidade do pessoal docente, evidenciando-se no Decreto-Lei 20/2006 de 31 de Janeiro, que regula o concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, “De entre os objectivos prioritários da política educativa do XVII Governo Constitucional, configurados no seu programa estratégico, figura a adopção de medidas que favoreçam a estabilização do sistema de colocação do corpo docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, (...)”. A materialização desta estabilidade decorre do facto do Decreto-Lei 20/2006, já referido, admitir que a periodicidade deste concurso é de três anos.

Assim, a estabilidade do corpo docente é suportada pela garantia dada aos alunos de poderem ter os mesmos professores durante os próximos três anos lectivos. Em abstracto, é simpático saber que muitos professores vão estar, pelo menos, três anos no mesmo local e que alguns alunos poderão ter o mesmo professor durante esse período. Mas estas possibilidades agradam aos alunos, aos professores, a ambos ou nem aos professores nem aos alunos?

Quando a colocação numa determinada escola corresponde às expectativas dos professores, estes têm razões para ficarem felizes, pois passam a conhecer a escola (desejada) que vão servir durante três anos, no entanto, muitos sentirão uma grande revolta quando souberem que estão colocados numa escola pouco desejada e que no ano seguinte lhes é negada a possibilidade de concorrerem para outra escola que possa satisfazer melhor as suas pretensões.

Pensem na situação de um casal de professores, cada um colocado por três anos em escolas muito distantes, com os filhos em contexto escolar. Onde ficam os filhos? Será agradável admitirem que vão passar três anos longe dos filhos? Os professores como profissionais e pais sentirão força anímica para se dedicarem de alma e coração à profissão, não sabendo como dar resposta às necessidades e aspirações dos seus filhos e aos seus encargos familiares?

Os filhos dos professores também são alunos, alunos reais, de outros professores. Como vai ser o sucesso destes alunos a quem garantem um professor por três anos, mas negam-lhes os pais diariamente?

Não basta enfatizarmos a palavra estabilidade para que ela exista. A estabilidade precisa de alicerces e quando tremem as bases dos edifícios, geralmente, criam-se fissuras de consequências imprevisíveis, terminando, por vezes, com derrocadas de recuperação impossível. Assim, três anos por opção, na mesma escola, é óptimo, mas, três anos por obrigação poderá ser péssimo.

Nos últimos anos o número de alunos tem diminuído e o número de professores tem aumentado, o que condiciona que seja muito maior a oferta do que a procura. Assim, cada professor habitua-se a ser comparado com os colegas e de acordo com os critérios definidos são colocados em primeiro lugar os mais graduados. Neste sentido, não me parece que alguém possa ficar prejudicado se os professores que gostaram do local onde foram colocados aí permaneçam por três anos e aqueles que o desejarem possam ao fim de um ano curricular tentar nova colocação numa escola que esteja mais de acordo com os seus interesses e aspirações.

Os actos de ensinar e de aprender não podem ser exercidos de forma mecânica ou forçada, nem pelos professores nem pelos alunos. Não podemos fazer da escola um laboratório de experiências desagradáveis orientadas por pessoas descontentes, mas precisamos de criar ambientes onde se valorize o esforço dos principais intervenientes

alunos e professores, nos quais se sintam bem e partilhem objectivos, empenho e interesses comuns.